



## Libertados os vigilantes presos quinta-feira em Viamão (RS)



Incidente com policiais ocorreu na agência da CEF

Em despacho da segunda Vara Criminal do Tribunal de Justiça, no final da tarde desta sexta-feira (21), a juíza Andréa Marodin Ferreira Hofmeister determinou o relaxamento da prisão dos vigilantes Almir Lopes e Carlos Alberto da Silveira Chagas, que haviam sido presos em flagrante na tarde de quinta-feira (20), em Viamão. Além de liberar os dois da prisão, a juíza afirma que “não há indícios da prática de crime pelos flagrados, que ao que tudo indica, estavam no pleno exercício das suas atribuições”.

Segundo ela, “Os fatos narrados no expediente policial dão conta da prática, em tese, de abuso de autoridade por parte dos agentes policiais”. Veja a

íntegra do documento ao final.

Almir e Carlos Alberto foram detidos no seu posto, na agência da Caixa Econômica Federal, por policiais civis que pretendiam entregar uma intimação ao gerente após o expediente. Os vigilantes, conforme a norma de segurança, pediram que eles aguardassem a autorização do gerente para entrar. Este foi avisado e desceu para receber a intimação do lado de fora da porta.

Os policiais sentiram-se ofendidos, foram à DP e retornaram com quatro viaturas e vários agentes para deter os dois vigilantes, que foram presos e levados algemados à delegacia. O gerente, porém, apenas foi ouvido como testemunha. Desde o final da tarde, até o fim da noite e o dia todo de hoje diversos diretores, diretoras e o departamento jurídico do Sindivigilantes do Sul estiveram envolvidos no apoio moral e jurídico aos dois.

Durante a noite, levaram lanches e cobertores para eles e hoje, durante o dia todo, permaneceram diretores (as) de plantão na DP, juntamente com o advogado Maurício Vieira da Silva, bem como representantes da empresa Mobra Serviços de Vigilância. Foi providenciado o pedido de relaxamento da prisão e, ao serem libertados, eles

retornaram para casa em um veículo da empresa.

O presidente do sindicato, Loreni Dias, antecipa que continuará sendo dado todo o apoio necessário a ambos, jurídico e psicológico, inclusive. Segunda-feira pela manhã eles serão recebidos no sindicato. À tarde, já está marcada para 14 horas uma reunião de Dias com o delegado da 2ª. DP de Viamão para tratar do assunto.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

### **Entenda o caso:**

Imagine você estar em seu local de trabalho e, depois do expediente, uma policial civil chega querendo entrar. Os vigilantes dizem que vão falar com o gerente, pois se trata de um procedimento de segurança de rotina, e, quando o gerente chega na porta da frente da agência bancária, os dois trabalhadores da segurança recebem voz de prisão, são algemados e levados para o Presídio Central. Foi exatamente o que aconteceu na tarde da quinta-feira, 20/7, na agência da Caixa do Bairro Santa Isabel, em Viamão. Os dois vigilantes da agência foram liberados ao final da tarde da sexta depois de indiciados por desacato, resistência, desobediência e obstrução. O gerente da Caixa também foi ouvido na 2ª DP de Viamão e foi liberado.

Diretores do SindBancários estiveram na agência da Caixa na manhã da sexta-feira, 21/7, para se colocar à disposição dos bancários e dos vigilantes. Conversaram com colegas e ouviram um relato que pode ser considerado como abuso de autoridade. Uma policial civil teria chegado quando a agência estava fechada, pouco depois das 15h (os bancos funcionam até este horário em Viamão), solicitando ingresso na agência. A Polícia Civil teria mandatos de busca para obter imagens das câmaras de vigilância dos caixas eletrônicos para investigar clonagem de cartões e fraudes.

O problema, segundo relatos obtidos pelos diretores, é que, além de chegar depois do

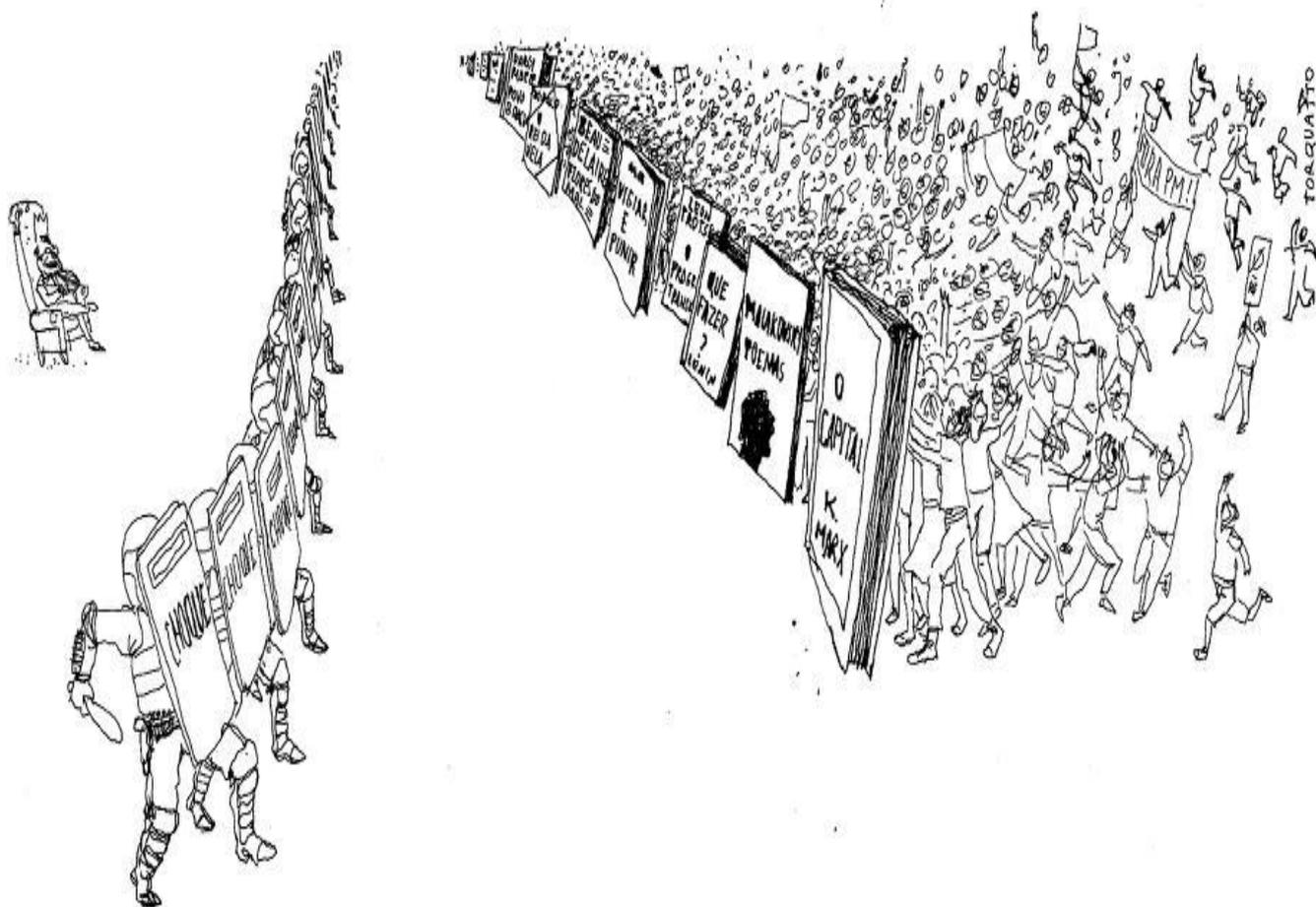
horário de expediente, os policiais agiram com intolerância. “Uma policial civil se apresentou na agência para entregar uma intimação. Como a agência estava fechada, o vigilante foi chamar o gerente, procedimento que sempre é feito nesses casos. O gerente não demorou nem cinco minutos para chegar. Quando o gerente chegou, a policial civil disse que o assunto estava resolvido. Então, apareceram cinco viaturas da Polícia Civil”, detalhou o diretor do Sindicato, Jairo Severo Soares.

É de se questionar se a atuação da Polícia Civil neste caso não responde a uma política de segurança do governo do Estado de precarização e cortes de investimentos. A ação de algemar trabalhadores por obstrução e desacato em seus locais de trabalho tem relação de causa efeito com o caos instalado pelo governo Sartori na segurança pública, com cortes de investimento e parcelamento de salários. “Os trabalhadores cumpriram normas de segurança. As portas giratórias e os vigilantes zelam pela segurança de bancários e clientes do banco. No caos que está a segurança pública, não se compreende por que policiais civis agem dessa forma em uma situação que não oferecia risco para a sociedade. Não tem necessidade de chamar várias viaturas. Faltou diálogo e bom senso”, avaliou o diretor do SindBancários e funcionário da Caixa, Jaílson Bueno Prodes.

Fonte: Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região

# A luta de classes e o aprofundamento da crise econômica no Brasil

*Política de austeridade do governo Temer enfraquece a classe trabalhadora e não garante a sustentação dos lucros pelo desenvolvimento do sistema produtivo*



O Brasil segue governado por aqueles que já morreram. Ao invés de cometer erros novos, os governos insistem na repetição dos mesmos equívocos do passado. Exemplo disso pode ser encontrado na predominância da interpretação da crise que abala a economia nacional e orienta a ação do governo Temer.

Como se sabe, o país vive uma longa fase de

estagnação de sua renda per capita. Entre 1981 e 2016, o rendimento médio do brasileiro subiu 0,6% como média anual, ao contrário de 4,4% no período de 1945 a 1980.

Embora interrompida brevemente nos governos liderados pelo PT, a explicação predominante aceita pelos midiáticos analistas econômicos e ministros da Fazenda de plantão

desde os anos neoliberais iniciados em 1990 tem sido a de que a queda na taxa de exploração capitalista da força de trabalho resulta na desaceleração dos ganhos de produtividade. Isso porque a elevação na massa de rendimento do trabalho termina por esmagar os lucros empresariais, desincentivando os investimentos produtivos.

Nesse sentido, a luta de classe entre o capital e o trabalho deve ser enfrentada pelas políticas de austeridade governamental. Com isso, a defesa da desoneração nos custos de produção, sejam fiscais (restrição de tributos para empresas), sejam de transação (equipamentos, contratos etc.), sejam laborais (reforma trabalhista, lei da terceirização), entre outros.

Acontece que o movimento de desoneração dos custos de produção como possibilidade da elevação na margem de lucro das empresas encontra oposição, em geral, na queda das receitas públicas e do custo salarial. Enquanto a menor arrecadação gera problemas fiscais de financiamento do governo, a redução na parcela do rendimento do trabalho implica problemas maiores de demanda no interior do mercado interno.

Logo, a política de austeridade com o objetivo de enfrentar a luta de classes enfraquece a classe trabalhadora, sem garantir a sustentação dos lucros pelo desenvolvimento do sistema produtivo. Isso porque a adoção das políticas neoliberais de austeridade favorece a luta intraclasses capitalista no que diz respeito à decisão sobre o que produzir.

O corte nos custos de produção permite elevar a margem de lucro, mas que tem dificuldade de ser efetivada diante do desmoronamento do gasto público e do consumo dos trabalhadores no sistema produtivo. Ao invés de estimular os

investimentos produtivos, ganha mais força o deslocamento dos recursos disponíveis para o setor financeiro, este sim capaz de garantir taxas de retorno superiores por conta da sustentação de altas taxas reais de juros pelo Banco Central.

O governo Temer erra sistematicamente ao focar a luta de classe entre capital e trabalho, pois dessa forma dificilmente encontrará saídas para a crise da economia nacional. Ao mesmo tempo imprime a mesma lógica do favorecimento do rentismo, praticando o corte na demanda agregada por força das reformas neoliberais que fortalecem a trajetória dos lucros financeiros.

Nos anos em que os trabalhadores ampliaram a participação dos salários na distribuição funcional da renda nacional, o desempenho da economia nacional foi superior, com a garantia do quase pleno emprego da força de trabalho e da elevação no padrão de vida da população. Isso não faz muito tempo, tampouco há impossibilidades de ser retomado, colocando como problema central a luta intraclasses capitalista sobre o que produzir.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF